

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - A REPRODUÇÃO SOCIAL DA ORDEM REGRESSIVO-DESTRUTIVA DO CAPITAL

Education and development - the social reproduction of order regressive-destructive of capital

SOUSA JUNIOR, Justino de¹

RESUMO

Este trabalho discute as condições atuais da produção e reprodução social tomando como eixo de análise a contradição entre a socialização da produção *versus* a apropriação privada. Analisa a importância desse aspecto como contradição estruturante do metabolismo do capital e procura desenvolver algumas notas sobre como essa contradição se realiza no atual momento histórico. A análise empreendida indica que a atualização daquela contradição, dentro da configuração contemporânea da acumulação capitalista, engendra um processo regressivo-destrutivo que indica uma crise de esgotamento da capacidade civilizatória do capital, que traz consigo, por sua vez, o esgotamento da capacidade, assim como o abandono da promessa de realizar os ideais democráticos da educação plenamente.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento; Reprodução social.

ABSTRACT

This paper discusses the current conditions of the production and social reproduction taking as point of analysis the contradiction between socialization of production *versus* private appropriation. Examines the importance of this aspect of metabolism as a structural contradiction of capital and seeks to develop some notes on how this contradiction is realized in the current historical moment. Such analysis indicates that the update within the contemporary configuration of capitalist accumulation engenders a regressive-destructive process. This process, in turn, is evident as the crisis of civilizational exhaustion of the capacity of the capital. This analysis concludes that it became impossible to fulfillment of democratic ideals of education in the current narrow confines of capitalist accumulation.

Keywords: Education; Development; Social reproduction.

¹ Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: <justinojr66@yahoo.com.br>.

INTRODUÇÃO

O Brasil atravessa um momento muito especial da sua história. Pela primeira vez consegue garantir formalmente a ordem democrática de maneira sólida (não nos esqueçamos da advertência: “tudo que é sólido se desmancha no ar”), permitindo, inclusive, uma experiência inédita na vida nacional, que é o exercício, por parte de partidos de esquerda, da gestão do Estado desde o plano municipal, estadual, até o federal.

Atualmente já se contam dois mandatos concluídos (Lula da Silva 2003-2006 e 2007-2010), mais este em curso de Dilma Rousseff (a se encerrar ainda neste ano de 2014, mas com fortes possibilidades de haver reeleição da petista), de presidentes da república vinculados a um partido originado das lutas sociais (Partido dos Trabalhadores – PT) e representando a chegada ao topo do comando político de lideranças cujo perfil é não é nada convencional: um ex-operário e ex-líder sindical (Lula da Silva) e agora a de uma mulher e ex-guerrilheira (Dilma Rousseff).

As experiências de governo realizadas pela esquerda, desde os anos 1980,² têm colocado algumas questões cruciais na ordem do dia para a sociedade e especialmente para a esquerda: Como pensar o desenvolvimento sob a forma adquirida pelo sistema capitalista no século XXI? Como a exacerbação das tendências regressivo-destrutivas impacta a educação? O que propõe hoje a esquerda, tornada governo, desenvolvimento, quando a experiência capitalista, especialmente no século XX, já mostrou sua face impiedosamente destrutiva? O que de novo se pode propor?

Este artigo pretende apresentar algumas notas a respeito do problema do desenvolvimento diante de fatos novos do metabolismo social e do papel que nele cumpre a educação. Mas não nos ocuparemos desse tema sob a perspectiva da funcionalidade instrumental da educação para a acumulação capitalista, como frequentemente se faz nas teorias econômicas.³ Importa-nos, antes de tudo, compreender como educação e desenvolvimento se localizam no contexto da exacerbação das tendências regressivas e destrutivas da reprodução social que produz crescentemente uma população supérflua, cada vez mais numerosa e prescindível para as necessidades centrais da acumulação de capital.

Acreditamos que mais do que mudanças, ainda que importantes, na base técnica e científica e no modo de controle e gestão do trabalho com implicações sobre a formação profissional, está em curso uma metamorfose no sociometabolismo do

² A primeira dessas experiências numa capital brasileira foi com Maria Luiza Fontenele, eleita para Prefeita de Fortaleza/CE, em 1985, pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

³ As teorias econômicas geralmente costumam definir a educação como fator econômico, e a sua relação com o desenvolvimento, consequentemente – especialmente depois da teoria do capital humano – se estabelece de uma maneira absurdamente abstraida das grandes contradições e desvinculada da complexidade de aspectos que se articulam a esses termos. De tal maneira que a educação se eleva a fator decisivo para explicar as desigualdades econômicas entre países ou entre indivíduos: “o conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social” (FRIGOTTO, 1984, p.41).

capital que indica uma mudança essencial com sérias implicações para o problema do desenvolvimento e da educação. Essa metamorfose sinaliza com o esgotamento da capacidade civilizatória do desenvolvimento capitalista, ou seja, sinaliza na direção do fim de um período em que a acumulação do capital implicava um impulso civilizador e progressista da sociedade.

A CONTRADIÇÃO CENTRAL DO METABOLISMO DO CAPITAL

Adotaremos como caminho para a compreensão dos problemas da relação educação e desenvolvimento no século XXI a análise da contradição entre a socialização da produção *versus* apropriação privada, pois ela exprime tanto o vigor civilizador do capital em seu momento histórico progressista, como exprime fielmente as condições de exacerbação regressiva e destrutiva do capital na atualidade.

A contradição entre a socialização da produção *versus* apropriação privada ou capitalista reflete as condições essenciais do sistema do capital. Engels (1988) definia o lugar dessa contradição no âmbito da problemática do sistema do capital, afirmando que ela “imprime ao novo modo de produção o seu caráter capitalista, [e que nela] **encerra-se em germe, todo o conflito dos tempos atuais**” (ENGELS, 1988, p.323, grifo do autor). O autor apontava ainda a centralidade dessa contradição na definição da dinâmica contraditória do sistema, sua capacidade de sintetizar o caráter contraditório do sistema afirmando que “**a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia**” (ENGELS, 1988, p.324, grifo do autor).

No chamado período progressista da expansão capitalista, a socialização da produção, embora tendo como contraface a apropriação privada, significava a universalização das relações assalariadas a qual acenava com a possibilidade – cuja plenitude jamais se verificaria – da crescente integração do conjunto das classes sociais à dinâmica produtiva, social e política do capital. Pode-se afirmar que o ápice do período fordista – a “Era de Ouro” – seria a expressão culminante dessa etapa progressista da expansão capitalista e da realização do processo civilizador do capital.

Para Engels, aquela contradição esboça a própria história de afirmação e consolidação do sociometabolismo do capital. Ele defende que o princípio da produção capitalista se dá justamente com a socialização da produção, sendo esta, precisamente, o seu pressuposto. O modo de produção capitalista, baseado na produção socializada, rompe com as relações de produção precedentes, provoca a ruptura da relação outrora existente entre o trabalhador e os meios de produção, transformando estes últimos em capital, força externa que dominará e submeterá aquele primeiro; o modo de produção capitalista rompe com todas as limitações dos modos de produção anteriores e libera o conjunto das forças produtivas, estabelecendo uma nova dinâmica de relações de produção que modificarão não apenas a produção das riquezas, pensada estritamente, mas todo o metabolismo social. Para Engels:

[...] a burguesia não podia converter aqueles primitivos meios de produção em poderosas forças produtivas sem transformá-los de meios individuais de produção em meios **sociais**, só manejáveis por uma **coletividade de homens**. A roca, o tear

manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários. E, [assim], com os meios de produção, transformou-se a própria produção, deixando de ser uma cadeia de atos individuais para converter-se numa cadeia de atos sociais, e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais. O fio, as telas, os artigos que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho coletivo de um grande número de operários, por cujas mãos tinham que passar sucessivamente para sua elaboração. Já ninguém podia dizer: isso foi feito por **mim**, esse produto é **meu** (ENGELS, 1988, p.321-322, grifos do autor).

A produção socializada rompe com a economia de pequena escala realizada por produtores isolados e contra a divisão do trabalho elementar e assistemática, impõe a divisão do trabalho planejada no interior de cada unidade fabril. A produção social se impõe sobre a produção individual porque mobilizando maior número de trabalhadores, socializa o uso dos instrumentos, mobiliza maior quantidade de matérias-primas, provocando, assim, o desenvolvimento global das forças produtivas e intensificando a concorrência capitalista. Conseqüentemente, a produção social engole a produção individual e subverte as relações econômicas em geral impondo sua dinâmica de valorização e acumulação, tornando pouco a pouco obsoletas as velhas relações de produção.

Todavia, a socialização da produção não implica a socialização da propriedade ou do controle dos meios de produção, tampouco na socialização dos resultados da produção, muito ao contrário, aliás, aí reside o segredo da produção capitalista, ao mesmo tempo em que aí se encerra a sua contradição insolúvel (dentro dos limites do sistema): o crescimento da capacidade econômica promovida pela socialização crescente da produção acompanhada do movimento inverso no qual se verifica a restrição da apropriação realizada por um número relativamente pequeno de indivíduos. Ou seja, a tendência do desenvolvimento do processo de acumulação capitalista implica o avanço da socialização da produção, ao mesmo tempo em que, em sentido inverso, provoca uma apropriação privada cada vez mais restrita.

Na economia realizada por produtores isolados, apropriam-se dos produtos do trabalho os próprios produtores diretos envolvidos numa cadeia restrita de troca. Os proprietários dos meios de produção produzem e se apropriam individualmente de seu próprio trabalho. Mas, na produção socializada:

[...] o proprietário dos meios de trabalho continuava apoderando-se do produto, embora já não fosse um produto **seu**, mas fruto exclusivo do **trabalho alheio**. Desse modo, os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e eram realmente seus criadores, mas do **capitalista**. Os meios de produção e a produção foram convertidos essencialmente em fatores sociais (ENGELS, 1988, p.323, grifos do autor).

A contradição entre produção socializada e apropriação privada é uma marca indelével do sociometabolismo do capital, ela caracteriza seu *modus operandi*. E a tese de que ela se constitui num dos fatores objetivos que podem favorecer a superação do sistema é basicamente uma descoberta da crítica de Marx e Engels.

Para a economia burguesa em geral, o movimento crescente de socialização da produção não implica necessariamente um modo restrito de apropriação, muito ao contrário, desde Adam Smith se plantou a crença na abertura dos canais de acesso aos benefícios da produção socializada. Quando se verificam problemas no que diz respeito ao acesso dos indivíduos aos resultados do trabalho, esses problemas são vistos como de ordem moral ou de mérito. Com efeito, aquela crença estava arraigada no pressuposto de que as próprias leis de mercado se encarregariam de consertar eventuais desequilíbrios. Nunca as “distorções” entre a socialização da produção e a apropriação privada são apontadas como contradição profunda e insolúvel do sistema capitalista.

A socialização da produção, retomando, é a própria afirmação do novo metabolismo social que suplanta as relações pré-capitalistas; é a universalização do trabalho assalariado e da produção de mercadorias posta em marcha - marcha esta que descreveu sua trajetória ascendente e progressista, apesar dos ciclos e crises econômicas, até o fim do apogeu do fordismo.

Porém, o desenvolvimento do sistema capitalista não é linear e não assegura que a socialização da produção implicará a incorporação constante e em proporções sempre crescentes de força de trabalho, num movimento civilizador progressista.

Nas eloquentes páginas do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels apontam as contradições do sistema metabólico do capital, seu caráter revolucionário, progressista, que provoca um impulso civilizador, tanto no âmbito produtivo quanto político, social, científico-tecnológico, etc., baseado no trabalho amplamente socializado:

Durante sua dominação, que ainda não completou um século, a burguesia desenvolveu forças produtivas mais maciças e colossais que todas as gerações anteriores. Dominação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras, adaptação dos leitos dos rios para a navegação, fixação de populações vindas não se sabe bem de onde – que séculos anteriores poderiam imaginar quanta força produtiva se escondia no seio do trabalho social? (MARX; ENGELS, 1998, p.12-13).

Mas, ao mesmo tempo, naquele documento os autores também destacam a capacidade de o sociometabolismo do capital provocar a degradação relativa da vida dos trabalhadores;⁴ de torná-los “apêndices das máquinas”; de substituir mão de obra masculina e adulta por mão de obra infantil ou feminina e remunerando-as com salários mais baixos; de estar sempre às voltas com crises cada vez mais profundas (“epidemias de superprodução”): “a concorrência mais acirrada entre os burgueses e as crises comerciais dela resultantes tornam o salário do trabalhador cada vez mais instável; o aperfeiçoamento incessante e acelerado da maquinaria torna sua existência cada vez mais insegura” (MARX; ENGELS, 1998, p.16).

As análises de Marx e Engels estão sempre buscando capturar e esclarecer as contradições do sociometabolismo do capital. Nesse sentido, a civilização burguesa é descrita nos termos que seguem:

⁴ Paulo Netto (2004) acredita que no Manifesto Marx e Engels defendem a ideia de que a produção capitalista implicaria a progressiva pauperização dos trabalhadores, ideia que seria revista posteriormente por Marx, propriamente, n’*O Capital*.

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornar burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 1998, p.12).

Porém, esse furor expansionista também conduz ao ponto de uma possível ruptura, pois, com esse movimento, “a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários” (MARX; ENGELS, 1998, p.14).

A partir de Marx e Engels podemos afirmar que o chamado processo civilizador do capital, contraditório por natureza, favorece a **formação dos trabalhadores**; em primeiro lugar, ao torná-los objetivamente uma massa de indivíduos que, vivendo sob as mesmas condições sociais e econômicas, se institui como classe social; e, em segundo, ao criar as condições objetivas para que essa classe se transforme prática e intelectualmente num sujeito social capaz de conduzir o processo histórico de superação das relações burguesas justamente porque “o progresso da indústria, de que a burguesia é o agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos trabalhadores, decorrente da concorrência, pela sua união revolucionária, através da associação. [...] A burguesia produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros” (MARX; ENGELS, 1998, p.20).

Portanto, o sociometabolismo do capital, que revoluciona globalmente o modo da existência social, imprime desde o início, e sempre com aspirações universalizantes, um processo civilizador cujo fundamento é a socialização da produção em antagonismo com a apropriação privada cada vez mais restrita. O caráter progressista desse processo civilizador residia, segundo Marx e Engels, precisamente no fato de significar um enorme avanço em todos os sentidos: econômico, político, jurídico, científico e cultural em relação à ordem pré-capitalista, provocado pela ampla liberação das forças produtivas. Contudo, contraditoriamente, o caráter progressista desse processo civilizador consiste também no fato de que ele engendra as condições objetivas para sua superação.

Todavia, como enunciado anteriormente, o processo civilizador do capitalismo, mesmo em sua fase progressista, não significou a integração absoluta dos trabalhadores, tampouco a elevação geral das suas condições de vida. Na obra *O Capital*, cujos primeiros resultados só vieram a público duas décadas após o Manifesto, Marx se coloca a tarefa de investigar “a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora” (MARX, 1989, p.712). Aí a análise indica que a acumulação age sobre os trabalhadores sempre produzindo e na “proporção de sua energia, de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua, relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p.731).

Marx derruba o mito segundo o qual o aumento de capital implicaria, sempre e necessariamente, o aumento de emprego de trabalho vivo. Ao contrário, ele demonstra como esse aumento produz uma população relativamente supérflua:

“a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 1989, p.732).

Essa população é de grande utilidade nos períodos de expansão em que a produção atingiu resultados extremos e precisa reconverter a massa de meios de produção transformados em capital. Encontra-se daí, no **exército industrial de reserva**, a força potencial disponível para essa expansão, alerta Marx, todavia, que “as alternativas do ciclo industrial recrutam a população excedente e se tornam [ao mesmo tempo] os mais poderosos agentes de sua reprodução” (MARX, 1989, p.734).

A população excedente cumpre papel importante para a acumulação do capital, mas o crescimento dessa população não está preso à diminuição do capital variável em relação ao constante. Seu crescimento não depende exclusivamente da alteração da composição orgânica do capital e das transformações técnicas do processo de produção, como pode parecer, bem ao contrário, a produção da população relativa, a dispensa de trabalhadores ou a precarização do trabalho ultrapassam a dinâmica daquela alteração.

O capital dispõe de estratégias diversas para dispensar trabalho vivo ou diminuir seus custos: com o mesmo dispêndio de capital variável ele pode pôr em movimento maior quantidade de trabalho, explorando extensiva ou intensivamente as forças de trabalho, substituindo progressivamente mão de obra qualificada por trabalhadores menos hábeis ou substituindo força de trabalho masculina por força de trabalho feminina, ou ainda, o trabalho adulto pelo trabalho infantil, etc.; com o aumento do capital variável pode movimentar maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores; pode ainda um capital variável igual obter mais trabalho com a mesma quantidade de força de trabalho através da substituição de força de trabalho de nível superior por força de trabalho de nível inferior.

A importância da população excedente para o movimento da acumulação se apresenta também, de forma bastante evidente, como meio de reduzir salários como consequência direta do aumento da oferta da força de trabalho muito além da procura. O crescimento do número de trabalhadores dispensados pela indústria propicia queda dos salários dos trabalhadores empregados ao mesmo tempo em que os pressiona a se submeterem a jornadas prolongadas ou a outras formas de precarização do trabalho.

Segundo Marx, a relação entre a acumulação e a procura de força de trabalho “é um de jogo de dados viciados. [No qual] O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, liberando-os [...]” (MARX, 1989, p.742). Noutras palavras, se a mercadoria força de trabalho encontra-se no mercado em abundância, naturalmente seu preço sofre a depreciação provocada justamente pela sua disponibilidade amplamente superior à capacidade de absorção do mercado. Mas, como não se está tratando de uma mercadoria qualquer, mas daquela que implica diretamente a condição de existência do sujeito trabalhador, esse processo cria entre os trabalhadores uma relação de concorrência cujas consequências são dramáticas, inclusive de diminuição drástica de salários e precarização do trabalho.

Marx e Engels (1998) interpretaram as implicações que tem a acumulação de capital sobre a sorte das classes trabalhadoras; as contradições da reprodução social que, baseada na socialização da produção, cria uma massa proletária, dentro da qual uma parcela é relativamente excedente. Acontece que a reprodução social em sua fase progressista jamais havia criado em proporções tão gigantescas e universais e ao mesmo tempo tão definitivamente desnecessária uma grande parte da população como na atual fase de exacerbação da ordem regressivo-destrutiva do capital.

Com o fim da “Era de Ouro” do Pós-Segunda Guerra, parece que se encerrou a possibilidade de abertura de um novo ciclo expansionista que pudesse realimentar as promessas integradoras do capitalismo. Nem mesmo “as novas conquistas” com o fim do socialismo real no leste europeu, as privatizações nos países periféricos ou o avanço do capital na China, com seus altos índices de crescimento econômico, foram capazes de esboçar mudança no panorama de esgotamento da capacidade civilizatória do sistema. Aliás, a respeito do alento chinês, não custa registrar que naquele país o avanço do capital não se dá sem deixar os velhos rastros.⁵ Numa reportagem a respeito do crescimento econômico chinês, a rede britânica de comunicação BBC aponta que:

Ao mesmo tempo em que a economia chinesa cresce e fortunas surgem por toda a parte, o país enfrenta também o ônus do capitalismo com o aumento da miséria e da desigualdade social. Dados oficiais indicam que, nos próximos cinco anos, o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza nos grandes centros urbanos deve aumentar cerca de 150%, passando de 15 milhões para 37 milhões (SALEK, 2002).

Se, como sistema econômico, visto segundo suas leis econômicas mesmas, o capitalismo impunha-se a si mesmo obstáculos, atualmente esses obstáculos apresentam características limítrofes, de dimensões supra econômicas, pois envolvem o próprio fundamento da reprodução das condições de produção. Analisando a última grande crise econômica, iniciada no setor imobiliário dos EUA, Chesnais (2010) a considera como uma crise de superacumulação de capacidades de produção, portanto, diferente das clássicas crises de superprodução. A superacumulação de capacidade produtiva, dentre outras coisas, subutiliza força de trabalho, provocando crescimento da população supérflua, não apenas relativamente excedente, mas efetivamente desnecessária.

Por sua vez, a superação das crises contemporâneas não encontra as mesmas possibilidades que existiam antes quando das crises do “longo e/ou breve século XX”.⁶ Fundamentalmente porque se consolida a tendência de saturação das condições físicas e naturais da reprodução sociometabólica, o que limita qualquer nova alternativa baseada no espírito da “fuga para frente”.⁷

Atualmente, imaginar a reintegração ampla das massas nos processos centrais de

⁵ “Se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com uma mancha natural de sangue numa de suas faces’, o capital, ao surgir, escorrem-lhe o sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 1989, p.879).

⁶ Referência às obras de Arrighi (1996) e Hobsbawm (1998).

⁷ A expressão de origem francesa diz respeito ao modo como o capitalismo eventualmente age para resolver um problema, mas, na verdade, essa ação se constitui apenas numa fuga dele. A utilização que fazemos da expressão aqui pretende destacar o modo como o capitalismo promove o enfrentamento de uma crise expandindo-se, mas provocando com essa expansão o aprofundamento de sua vulnerabilidade e dos fatores de sua própria crise.

produção e consumo dentro dos estreitos limites do sistema é se defrontar com uma fatalidade: a destruição das condições físicas e naturais de suporte da reprodução sociometabólica. Com efeito, antes que os obstáculos externos se apresentassem como limites estruturais, do cerne do próprio sistema se põe sua definição essencial: a produção em larga escala de população supérflua. Por isso a integração absoluta ou mesmo ampliada dos trabalhadores de modo estável e duradouro e não pontual e episódico é absolutamente improvável.

A EXPRESSÃO CONTEMPORÂNEA DA CONTRADIÇÃO SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VERSUS APROPRIAÇÃO PRIVADA

Como bem demonstra Marx, a socialização da produção promovida pelo sistema capitalista não indicava o emprego crescente de trabalho vivo, pois a acumulação tende sempre a gerar população excedente; porém, a expansão do sistema do capital precisou desde o início ampliar seu raio de alcance, sedimentando relações assalariadas cuja necessidade de trabalho vivo era uma realidade.

Todavia, a reprodução social do metabolismo do capital na atualidade não produz apenas uma população economicamente excedente, útil e de fato empregada nos momentos de expansão; hoje ela produz, de forma crescente, uma massa supérflua, sem esperanças de ser empregada nos processos centrais de produção de mercadorias e obrigada a encontrar maneiras de sobreviver através de formas marginais de trabalho. Ou seja, a socialização da produção atualmente descreve uma trajetória regressiva muito diferente da apontada por Engels (1988) para a fase ascendente do sistema do capital, atingindo, de fato, as raias da barbárie social.

Samir Amin (2003, s/p), investigando a relação estabelecida entre os avanços da pauperização e a acumulação do capital a partir do problema da produção agrícola afirma que:

A modernização sempre combinou dimensões construtivas, nomeadamente a acumulação de capital e o aumento da produtividade, com aspectos destrutivos — reduzir o trabalho ao estado de uma mercadoria vendida no mercado, muitas vezes destruindo a base ecológica natural para a reprodução da vida e a produção, e polarizando a distribuição da riqueza a um nível global. A modernização sempre integrou simultaneamente alguns, pois mercados em expansão criam empregos, e excluiu outros, que não foram integrados na nova força de trabalho depois de terem perdido as suas posições nos sistemas anteriores. Na sua fase de ascensão, a expansão capitalista global integrou muitos juntamente com os seus processos de exclusão. Mas agora, nas sociedades camponesas do terceiro mundo, está a excluir um número maciço de pessoas e a incluir relativamente poucas.

Para o autor egípcio, a situação atual não pode ser vista simplesmente como um ciclo econômico em que se “exclui” mais que se “inclui”, e que estaria passível de ser revertido com uma nova onda de expansão que recuperasse a capacidade integradora do sistema. Ao contrário, o processo é visto como um aprofundamento da tendência nada acidental de esgotamento dessa capacidade, confirmada pelo avanço do processo de pauperização como parte integrante e indissociável da

acumulação mundializada do capital. Para o autor, a pauperização é, definitivamente, “um fenômeno inseparável da polarização a uma escala mundial — um resultado inerente da expansão do capitalismo realmente existente, que por esta razão devemos chamar imperialista por natureza” (AMIN, 2003, s/p).

Nas análises do autor sobre a pauperização se colocam elementos úteis para nossa análise sobre o problema da socialização da produção de caráter regressivo-destrutivo. O autor classifica a população urbana em dois grandes blocos: i) as classes dominantes, formadas pelos “proprietários formais dos principais meios de produção e administradores superiores associados ao seu desempenho”; e, como um segmento dessas classes dominantes, as classes médias, constituídas de “rentistas não assalariados, proprietários de pequenas empresas e administradores médios, os quais não estão necessariamente em declínio”; ii) o outro bloco se constitui da grande massa de trabalhadores que, segundo aponta Amin, representa cerca de quatro quintos da população urbana mundial.

Essa massa de trabalhadores, por sua vez, se divide em duas camadas que são: i) as classes populares estabilizadas caracterizadas por razoável grau de segurança nos seus empregos formais, razoável nível de qualificação e de organização; ii) e, ao lado dessa camada ou mais precisamente abaixo dela, as classes populares precárias, constituídas por trabalhadores dos mais baixos estratos das redes de assalariamento, dotados de baixa qualificação e que recebem os mais baixos salários, assim como de trabalhadores não assalariados (aqueles formalmente desempregados e os pobres com empregos no setor informal).

O autor prefere chamar essa última camada de “classes populares precárias” no lugar de “excluídos”, pois esses “trabalhadores estão perfeitamente integrados na lógica sistêmica que comanda a acumulação de capital” (AMIN, 2003), muito embora “alguns na verdade [estejam] excluídos dos benefícios da prosperidade. Os excluídos são também uma parte do sistema e não estão marginalizados no sentido de não estarem integrados — funcionalmente — dentro do sistema” (AMIN, 2003). Essas classes populares precárias, que se concentram em maior número na periferia do sistema mundial, representam, na melhor hipótese, a metade da população urbana mundial.

Para o autor, a intensificação da pauperização começa com o fim da Era de Ouro. Ele indica que, na época do padrão fordista cujas taxas de crescimento sobejavam, promovendo uma expansão capitalista que movimentou também as economias periféricas, metade das classes populares se constituía de estabilizados. Hoje a parcela representada pelos precários é de cerca de 70%.

Amin aponta que:

A principal transformação social que caracteriza a segunda metade do século XX pode ser resumida numa única estatística: a proporção das classes populares precárias ascende de menos de um quarto para mais da metade da população urbana global, e este fenômeno de pauperização reapareceu numa escala significativa nos próprios centros desenvolvidos. Esta população urbana desestabilizada aumentou em meio século de 250 milhões para mais de 1500 milhões de indivíduos, registrando uma taxa de crescimento que ultrapassa aquela que caracteriza a expansão econômica, o crescimento da população ou o próprio processo de urbanização (AMIN, 2003, s/p).

A norte-americana Nancy Birdsall (1998 *apud* RICUPERO, 1998, p.64), então vice-presidente do BID e, portanto, acima de qualquer suspeita, falando sobre o aprofundamento do processo de restrição da apropriação da riqueza social e sobre as afirmações de Marx e Engels, bem antes da eclosão da crise mundial recente, afirmou que:

Exatamente 150 anos após a publicação do *Manifesto Comunista*, a desigualdade ocupa espaço amplo na agenda global. Nos EUA, a renda dos 20% das famílias mais pobres declinou continuamente desde o início dos 1970. Enquanto isso, a renda dos 20% mais ricos aumentou em 15% e a do 1% no topo em mais de 100% [...]. No nível global, a relação entre a renda média do país mais rico do mundo em comparação ao mais pobre, que era de 9 para 1 no fim do século XIX, cresceu para, ao menos, 60 para 1 hoje em dia. [...] Talvez pela primeira vez na história da nação (os EUA), as conquistas educacionais podem estar reforçando em lugar de compensando a desigualdade de renda: a educação superior tornou-se requisito de sucesso econômico, mas, como o acesso a ela depende da renda familiar, os pobres se encontram em clara desvantagem.

O que distingue profundamente a reprodução social na fase regressivo-destrutiva da reprodução social na fase ascendente e progressista da civilização capitalista é que, nesta atual fase, a socialização da produção se realiza sem ter que integrar grandes parcelas das massas trabalhadoras nos processos centrais de produção de mercadorias, assim como prescinde da expansão massiva e horizontal do consumo, de modo que parcelas crescentes da população mundial quedam desnecessárias, quer seja como produtoras, quer seja como consumidoras, tornando-se não apenas relativamente excedentes, mas efetivamente supérfluas.⁸

A respeito da socialização da produção, Mészáros (2007, p.146) aponta que “o desenvolvimento do sistema produtivo [...] culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de produção, muito embora [...] nada supérfluos como consumidores”.

Todavia, embora de fato o sistema capitalista não possa abrir mão dos consumidores, a esfera do consumo, na qual se realiza a mais-valia, apresenta hoje uma dinâmica muito diferente da fase de expansão fordista. O sistema desenvolveu – não sem complicações econômicas e políticas - maneiras para que a acumulação não dependa da ampliação massiva e horizontalizada do consumo, ou seja, a restrição da apropriação capitalista não é mais da mesma forma que outrora foi uma ameaça à paralisação do sistema. É o próprio Mészáros (1996, 2002) que aponta a tese da taxa de utilização decrescente das mercadorias como uma estratégia para enfrentar as crises provocadas pela incapacidade de compra das massas.

O fato de o consumo representar o momento econômico imprescindível no qual se realiza a mais-valia e não ocorrer sem o sujeito consumidor, todavia, na fase de exacerbação regressivo-destrutiva do capital, a questão não se coloca como na época da crise de 1929/1930, quando o consumo precisou ser estendido massiva e horizontalmente e para isso foram desenvolvidas inúmeras estratégias financiadas pelo fundo público.

⁸ Sobre o aprofundamento das contradições capitalistas, dados da principal potência mundial indicam uma situação alarmante: segundo levantamento do Ministério da Agricultura dos EUA (USDA), referentes a 2009, cerca de 50 milhões de estadunidenses passam fome e mais de 1 milhão e meio de nova-iorquinos vivem abaixo da linha de pobreza. Cf. FONTES, 2010.

Presentemente, o consumo da parcela da população, relativamente pequena, integrada ao mercado capitalista mundial está contemplado em suas necessidades de meios de consumo duráveis e não duráveis. Ele constitui-se, portanto, apenas em mercado de reposição, que é dinamizado pelo intensivo processo de obsolescência técnica e física programada pela produção industrial e pelos agressivos apelos da publicidade.

Por outro lado, outras complicações aparecem quando se imagina a possibilidade da integração de maiores parcelas da população ao mercado de bens capitalistas de consumo. Em primeiro lugar, isso implicaria a necessidade de redistribuição da mais-valia, o que deprimiria ainda mais a taxa de lucro, aguçando a contradição decorrente da própria lei do valor. Em segundo lugar, essa integração, com a expansão do consumo de bens duráveis e não duráveis, aprofundaria a situação já bastante grave das condições de reprodução (CHESNAIS, 2010), bastante deterioradas pela sua exploração intensiva voltada para a produção dos atuais meios de consumo.

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção ampliou sua contradição interna entre o processo de socialização da produção e o caráter privado da apropriação. A produção socializada ampliou-se em escala mundial – ao mesmo tempo em que dispensa progressivamente trabalho vivo, aumentando a massa da população supérflua –, através da constituição das redes internacionais de produção e da internacionalização dos processos produtivos. Esse processo desestrutura as cadeias produtivas dos países subdesenvolvidos, centraliza o capital e torna profundamente mais precária a reprodução da força de trabalho. Além disso, aumenta a taxa de exploração, através da extensão da jornada de trabalho e da intensificação do ritmo de trabalho, e amplia a superexploração através da redução do salário real.

Por seu turno, o processo privado de apropriação da riqueza gerou um padrão de consumo capitalista impossível de ser generalizado para a maioria da população mundial. Esse padrão constitui-se em um limite relativamente estreito para a realização da mais-valia. Por um lado, ele foi constituído pela exclusão de 80% da população mundial do mercado de produtos capitalistas e, por outro lado, por um padrão de consumo impossível de ser generalizado senão pela destruição das condições de reprodução metabólica.⁹

O elemento novo desse processo, aquilo que destacamos aqui como a metamorfose mais essencial do metabolismo do capital hoje, é que ele não apenas aprofunda a polarização entre a produção massificada e a apropriação restringida. Ele mantém e aprofunda a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada, mas torna a reprodução social ainda mais próxima da barbárie social quando restringe o circuito capitalista até mesmo no âmbito da produção¹⁰ e não só no âmbito da apropriação. A criação de uma

⁹Atualmente, cerca de 86% do total geral das compras em âmbito mundial são feitas pelos 20% da população dos países centrais, enquanto que os 20% mais pobres da população mundial responde por 1,3% daquele total. No Brasil, a soma total dos gastos da parcela da população que envolve os 10% das famílias mais ricas é 9,6 vezes maior do que os gastos totais da parcela que envolve os 40% das famílias mais pobres (SOARES, 2010). Por sua vez, esse consumo extremamente restringido, ainda que feito por e para poucos, é sustentado por uma dinâmica produtiva que, na razão inversa, promove um processo de destruição em proporções planetárias, pois, para se sustentar, consome recursos naturais já 30% para além da capacidade natural de recuperá-los (WWF, 2012).

¹⁰ Se os índices de desemprego puderem ser tomados como indicadores desse fato, verificamos um quadro preocupante. Segundo

massa supérflua, desnecessária, tanto para a produção quanto para o consumo das principais mercadorias produzidas, representa a exacerbação do caráter regressivo e destrutivo da reprodução social na atualidade.

Essa contradição assume um caráter agudo nos dias atuais justamente porque expulsa dos processos centrais de produção e consumo uma grande massa da população mundial, negando-lhe elementos básicos do movimento progressivo do processo civilizador do capital, quando o sistema capitalista nega sua própria razão de ser: a promessa de progresso, de promoção social e democrática através da relação assalariada como relação entre produtores livres; ao mesmo tempo, a forma atual do padrão produtivo que sustenta o sociometabolismo do capital representa um profundo e amplo processo de destruição universal, cuja contraface é a fruição extremamente restringida.¹¹ Noutras palavras, enquanto um número cada vez mais reduzido de indivíduos esbanja no consumo dos bens mais sofisticados, o planeta inteiro se vê seriamente ameaçado e as amplas massas, cada vez mais numerosas, são expulsas dos processos de produção e consumo do que há de mais elaborado pela ciência e tecnologia atuais.¹² Embora as tragédias

a Organização Mundial do Trabalho (OIT), "O diagnóstico é sombrio: **o mundo perdeu 62 milhões de empregos** desde 2008, e atualmente 202 milhões de pessoas estão desempregadas" (grifo do autor). Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/desemprego-brasilero-supera-bric-e-media-mundial-diz-oit>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

¹¹ Segundo dados do PNUD 1998, os 20% da população mundial correspondentes às pessoas mais ricas dominam 86% do PIB mundial; consomem: "45% da carne e do peixe, enquanto as mais pobres (também um quinto) consomem menos de 5%. A média do consumo de proteínas na França é de 115 gramas por dia, em Moçambique é de 32 gramas; [as pessoas mais ricas consomem] 58% da energia total, enquanto as mais pobres consomem menos de 4%; os países de maior rendimento geram 65% da eletricidade mundial; 74% do total de linhas telefônicas, enquanto as mais pobres só têm 1,5%. Na Suécia, na Suíça e nos Estados Unidos, existem mais de 600 linhas telefônicas por cada mil pessoas. No Afeganistão, no Camboja e no Chade, só existe um telefone por cada mil habitantes; 84% do total de papel, enquanto as mais pobres consomem 1,1%. A média dos países industrializados consome 78,2 toneladas de papel por cada mil pessoas, enquanto a média registrada nos países mais pobres se situa nas 0,4 toneladas por cada mil habitantes; 87% dos veículos existentes em todo o mundo, enquanto os mais pobres têm menos de 1%. Os países industrializados registram uma média de 405 automóveis por cada mil habitantes. Nos países da África Subsaariana, a média corresponde a 11 veículos por cada mil e, na Ásia Oriental e na Ásia Meridional, o valor é de 5 veículos por cada mil habitantes." Dados disponíveis em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012. Confirmando e reforçando a tendência geral que se verifica no relatório citado acima, o documento *Governar para as elites – sequestro democrático e desigualdade econômica* (2013), produzido pela Oxfam Internacional, traz dados expressivos sobre a realidade da concentração de renda mundial. Indica o documento que as 85 pessoas mais ricas do planeta possuem a mesma quantidade de recursos das 3,5 bilhões mais pobres. Ou seja, um grupo de menos de 100 indivíduos possui uma riqueza equivalente à da metade da população mundial. Segundo a pesquisa, o 1% mais rico da população mundial detém cerca de US\$ 110 trilhões, ou seja, 46% de toda a riqueza do planeta ou 65 vezes maior que tudo o que possui metade da população mundial. O documento calcula que o volume de riquezas possuídas pelas 10 pessoas mais ricas do mundo seria suficiente para resolver os problemas alimentares do bilhão de pessoas que passam fome durante os próximos 250 anos. Ele revela ainda que cerca de 1 bilhão de pessoas não sabem sequer ler ou escrever seu próprio nome. "Durante os últimos 30 anos, as desigualdades cresceram em pelo menos cinco países de renda média: Indonésia, China, Índia, Paquistão e Nigéria. Além disso, os 10% mais ricos da população acumularam uma participação na renda nacional maior que os 40% mais pobres, e ao que parece essa tendência vai continuar" (cf. <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=5&cod=79387>). O relatório indica que nos EUA, a despeito da crise de 2008, o 1% mais rico da população arrecadou 95% da riqueza gerada entre 2009 e 2011. Por isso não espanta o caso mexicano em que o indivíduo mais rico do mundo, o senhor Carlos Slim, dono da América Móvil, empresa que controla 80% da telefonia fixa e 70% da telefonia móvel daquele país, possui sozinho uma fortuna estimada em US\$ 73 bilhões. Esse fenômeno não é, contudo, exclusividade das "frágeis" democracias latino-americanas. Na Europa as desigualdades também se revelam profundas. No continente as 10 pessoas mais ricas possuem uma fortuna da ordem de € 217 bilhões, portanto, maior do que todos os planos de resgate e estímulos ao crescimento econômico aplicados pela União Europeia entre 2008 e 2010, que não passaram de € 200 bilhões. Essa realidade não poupa nem mesmo os países escandinavos, tidos como exemplo de capitalismo "humanizado". Lá a concentração de renda nas mãos do 1% mais rico da população aumentou mais de 50% (cf. <<http://www.pstu.org.br/node/20278>>). A respeito da riqueza acumulada e escondida, sobre a qual não incide qualquer forma de imposto, o documento estima que os indivíduos e as companhias mais ricos mantêm em redes de paraísos fiscais um volume de 21 trilhões de dólares sem registros. Os dados expostos no relatório levaram a diretora-executiva da Oxfam Internacional, Winnie Byanyima, a afirmar que: "é chocante que no Século XXI metade da população do mundo tenha menos riqueza que uma minúscula elite que poderia caber confortavelmente num autocarro de dois andares" (cf. <http://port.pravda.ru/business/10-02-2014/36203-sistema_economico-0/>).

¹² "Para assegurar o nível de conforto de 20% da humanidade, é necessário hoje desviar as produções de cereais do mundo pobre, derrubar suas florestas, destruir seus modos de vida tradicionais, deportar os camponeses expropriados ou arruinados para as favelas da América Latina, para os bairros fechados do sul da Ásia, para os arredores de Manila, para as favelas de Dacar; é preciso organizar um mercado de matérias-primas baseado na rapina que lança na extrema miséria bilhões de seres humanos." (PARAIRE, 2005, p.464).

naturais possam atingir todas as classes sociais, essas massas estão sempre mais vulneráveis e são expostas mais diretamente às consequências mais imediatas desse processo destrutivo, como através de epidemias, enchentes, desabamentos, poluição, secas, calor em excesso, frio em excesso, falta de água potável, falta de medicamentos e assistência médica eficiente, etc.¹³

Este nos parece o fator contemporâneo mais relevante a se destacar dentro da problemática: educação e desenvolvimento no quadro da exacerbação das tendências regressivo-destrutivas do capital. A reprodução em escala ampliada de uma massa supérflua e a exacerbação do caráter regressivo-destrutivo do sociometabolismo do capital são os fatores ontologicamente mais determinantes a partir dos quais – embora não sem mediações complexas – se definem o modo como se inserem na cadeia produtiva e reprodutiva do capital os trabalhadores, seu tipo de ocupação e funções desempenhadas, nível de qualificação, tempo de escolarização, nível de investimento público nos processos de instrução da força de trabalho, etc., assim como (mais importante que tudo) a condição de sujeito social potencialmente revolucionário e protagonista da superação do capital.

O ESGOTAMENTO DA PROMESSA LIBERAL-BURGUESA DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

A metamorfose discutida acima, manifesta na atualização da contradição socialização da produção *versus* apropriação privada, traduz o caráter acentuadamente regressivo e destrutivo que assume, no presente, a reprodução social. Ela é, ainda, a expressão do esgotamento da capacidade civilizatória do capital – do que nela havia de progressista – e da exacerbação de suas tendências regressivo-destrutivas.¹⁴ Nosso interesse agora é discutir como esse processo afeta a escola ou os sistemas de educação.

Os sistemas de educação, que surgem na sociedade moderna, intimamente articulados aos Estados e fundados no trabalho assalariado, conseqüentemente, tiveram seu desenvolvimento fortemente determinado pela dinâmica do desenvolvimento da sociedade capitalista que se estriba justamente nestes dois pilares: o trabalho assalariado, forma que define as relações produtivas capitalistas, e o Estado, que lhe assegura sustentação jurídica, política e repressiva. O Estado é acima de tudo um modo de controle social (MÉSZÁROS, 2002).

A escola ou os sistemas de ensino são parte integrante do metabolismo social do capital e se constituem em fatores importantes no processo de reprodução social. Sua expansão, como não poderia deixar de ser, obedeceu à dinâmica expansiva do

¹³ Cf. *Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability: Summary for Policymakers*. Disponível em: <http://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/IPCC_WG2AR5_SPM_Approved.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

¹⁴ Alves (2011, p.2) chama essa etapa de “terceira modernidade do capital”, caracterizada pela barbárie social. “O sentido radical da crise do nosso tempo histórico diz respeito à incapacidade da forma social do capital em conter (e realizar) as possibilidades de desenvolvimento do ser genérico do homem pressupostas pela nova materialidade sócio-técnica em virtude da degradação das condições materiais de reprodução humana, inclusive no polo desenvolvido do capitalismo global. Este é um traço indelével do esgotamento histórico de um modo planetário de controle do metabolismo social baseado na propriedade privada dos meios de produção social e divisão hierárquica do trabalho. [...] Na verdade, vivemos uma nova era civilizatória que inaugura a terceira modernidade do capital. Sob as condições da barbárie social, o capitalismo histórico altera qualitativamente a dinâmica da luta de classes, que se contrasta, por exemplo, com a dinâmica histórica inscrita na segunda modernidade do capital, caracterizada pela lógica cultural do modernismo.”

metabolismo social do capital. Foi impulsionada pela industrialização e urbanização da sociedade com todos os seus saltos e revoluções científicas e tecnológicas.

Quando buscamos compreender a expansão da escola como um processo articulado do desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias, não estamos propondo estabelecer uma relação direta e mecânica entre a esfera econômica e a educação, instituindo esta última como mera consequência da primeira.

Evidente que a expansão da escola não se explica meramente pelo aumento do capital ou como resultado automático do crescimento econômico. Uma série de fatores está presente nesse processo de expansão, desde os de natureza mais diretamente econômica, como também os de natureza política e os de natureza histórica e cultural. Sociedades que apresentam graus de desenvolvimento das forças produtivas semelhantes podem apresentar graus diferenciados de organização e expansão dos sistemas de ensino. A tradição histórica, cultural ou das lutas sociais por educação podem ser fatores capazes de estabelecer significativas diferenças quanto ao desenvolvimento próprio da escola.

Na América Latina mesma essa realidade se mostra rica, basta observar como diferentes países apresentam andamentos distintos no desenvolvimento da educação por causa de processos complexos, dentre os quais se destacam o processo de colonização, a tradição cultural ou o desenvolvimento das lutas sociais internas. Talvez por aí se encontre um caminho de análise mais rico para se explicar as diferenças que – ao longo do século XX principalmente, pois nos últimos anos está em curso a tendência à padronização das políticas e razoável nivelamento dos resultados – se estabeleceram entre países como Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai, por exemplo.

O Brasil atingiu, desde o período conhecido como “milagre brasileiro”, altíssimas taxas de crescimento econômico, chegando a ocupar a oitava posição entre as principais economias do mundo sem que se estabelecesse correlação direta entre esse crescimento econômico e a expansão da escola na linha da realização, aproximada que fosse, dos ideais democráticos da educação.

A propósito disso, é oportuno lembrar que a escola pública brasileira sofreu forte expansão dos anos 1960 para os 1970 em diante como resultado exatamente do avanço industrial por que passava o país. No entanto, foi mantido um profundo contraste e aguda discrepância entre o crescimento econômico e a organização e desenvolvimento do sistema de ensino, exemplo disso é a permanência ainda nos dias de hoje das elevadas taxas de analfabetismo. Enquanto no Brasil verificou-se o atraso do sistema de ensino em relação ao avanço econômico, outros países vizinhos, com processo de industrialização e crescimento econômico mais tímidos, atingiram estágio superior de organização e desenvolvimento da educação. Ainda hoje o Brasil apresenta resultados do seu sistema de educação muitas vezes inferiores aos apresentados por vizinhos sul-americanos com situação econômica inferior.

Atualmente ainda é possível constatar profunda distorção entre crescimento do PIB e investimento em educação, se compararmos o Brasil com alguns vizinhos do Continente. Se considerássemos um investimento em educação da ordem de 10% do PIB *versus* a população em idade escolar a ser atendida, teríamos no

Brasil um investimento anual por aluno de US\$ 2.398,00; inferior, considerando as mesmas variáveis, aos vizinhos latino-americanos Cuba (US\$ 4.152,00), México (US\$ 3.738,00), Argentina (US\$ 4.152,00), Chile (US\$ 4.425,00) e Uruguai (US\$ 4.647,00). O investimento brasileiro seria comparável, e ainda ligeiramente inferior, ao de Botswana (US\$ 2.532,00), da África do Sul (US\$ 2.694,00) e bem inferior ao da Rússia (US\$ 6.845,00) (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). Na tabela abaixo, confirma-se o Brasil com o maior PIB entre os países citados e a segunda pior taxa de alfabetização. Por outro lado, temos Cuba e Uruguai como os países de menor PIB e melhores taxas de alfabetização:

	Brasil	México	Argentina	Chile	Uruguai	Cuba
PIB (bilhões \$)	2,324	1,683	726	304	52	114
Taxa de alfabetização	89%	86%	97%	96%	98%	100%

Fonte: INDEX MUNDI (2011).

Essa discussão, que pretende evitar o viés economicista, tentando sempre associar diretamente determinados indicadores econômicos aos dados educacionais, não pode, contudo, obliterar a compreensão de que, por outro lado, a esfera da educação não é inteiramente autônoma. E que as lutas sociais, a cultura, a história de um povo estão fundados no processo dinâmico da produção e reprodução social. As lutas operárias, que desde o berço do capitalismo impulsionaram avanços sociais, dentre os quais a diminuição da jornada de trabalho, o atendimento de creches para filhos de trabalhadores, e arrancaram importantes conquistas democráticas como a liberdade de organização política de sindicatos e partidos operários e os direitos do trabalho, não podem ser compreendidas senão como expressão do avanço da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Por outro lado, os modos como os povos valorizam a educação e se envolvem em acirradas disputas e a maneira como as classes dirigentes se mostram mais ou menos refratárias ao avanço da educação também se explicam pelo modo como as forças sociais produzem e reproduzem suas relações econômicas, políticas e sociais. Portanto, de qualquer maneira, é na materialidade da produção e reprodução das relações sociais que, no capitalismo, assume forma histórica própria, definida a partir do processo de acumulação, que se funda toda a questão que ora discutimos.

Uma vez estabelecida essa relação e analisando-a de modo geral, verificamos que, mesmo nos países de capitalismo avançado, foi só com a consolidação do padrão de desenvolvimento impulsionado pelo fordismo-taylorismo que se deu verdadeiramente a grande expansão dos sistemas de educação. É o que aponta Hobsbawm (1998), para quem o grande salto que deu a escola nos “anos dourados” se localiza dentro de uma “revolução social”. O salto da escola –

expansão da educação em todos os níveis inclusive da universidade – se deu juntamente com a “morte do campesinato”, a retração da classe operária, as mudanças nas questões de gênero com as conquistas políticas e econômicas das mulheres. Para o autor inglês,

O grande *boom* mundial tornou possível para incontáveis famílias modestas – empregados de escritórios e funcionários públicos, lojistas e pequenos comerciantes, fazendeiros e, no Ocidente, até prósperos operários qualificados – pagar estudo em tempo integral para seus filhos. O Estado de Bem-estar social ocidental, começando com os subsídios americanos para ex-pracinhas após 1945, ofereceu substancial auxílio estudantil de uma forma ou de outra, embora a maioria dos estudantes ainda esperasse uma vida claramente sem luxo (HOBBSAWM, 1998, p.292).

Antes dessa “revolução”, segundo aponta o autor,

Os filhos dos operários não esperavam ir, e raramente iam, para a universidade. A maioria deles não esperava ir à escola de modo algum após a idade escolar mínima (em geral catorze anos). Nos Países Baixos de antes da guerra, 4% dos garotos de dez a dezenove anos iam para escolas secundárias além dessa idade, e nas democráticas Suécia e Dinamarca a proporção era ainda menor (HOBBSAWM, 1998, p.300).

Mesmo representando um enorme salto em relação ao passado, as maiores conquistas em termos de escola, dentro desse *boom*, não significaram efetivamente a radicalização de um processo de socialização e democratização profunda do acesso ao saber social.

A expansão que se alcançou com a escola nesta fase gloriosa do capitalismo deu-se sob as marcas da divisão social do trabalho, isto é, ela não deixou de reproduzir em sua dinâmica interna a dualidade e as contradições maiores, além de estar, aliás, justamente por isso, quase que inteiramente moldada pelo trabalho assalariado sob a expressão do espírito fordista-taylorista.¹⁵

Portanto, dos ideais democráticos da educação propagados pela revolução burguesa desde 1789, apenas nos aproximamos, ainda assim permanecendo muito distantes de sua realização plena, se pensarmos no capitalismo como sistema mundial, durante a grande expansão do fordismo-taylorismo, sobretudo no Pós-Segunda Guerra Mundial.

O fordismo-taylorismo talvez tenha sido o sopro mais vigoroso do processo civilizador do capital, quando ele se enraizou por todo o mundo gerando exuberantemente riquezas, de modo extremamente concentrado, é óbvio. Nunca se esqueça da contraface desse sopro vigoroso de civilização, justamente o consumo-destruição de recursos naturais numa intensidade jamais vista. Esse período marcou a gigantesca expansão do leito principal do sistema, mas, ao mesmo tempo, transbordou com seus afluentes através de políticas públicas, o que parecia a confirmação da fé smithiana, disfarçada sob o keynesianismo, de que seria mesmo sob a expansão do sistema produtor de mercadorias que se encontrava a possibilidade do progresso e de que no capitalismo o crescimento levado ao limite geraria resultados dos quais todos, de alguma maneira, viriam a desfrutar.

¹⁵ Cf. FERNÁNDEZ ENGUITA, 1989, 1991, s/d(a), s/d(b).

Do exposto anteriormente restará a questão: Se a expansão da escola verificou-se durante o vigoroso sopro civilizador do Pós-Segunda Guerra, quando se esteve mais perto dos ideais liberal-democráticos, apesar de ainda muito longe de realizá-los plenamente, assentada na expansão fordista-taylorista do trabalho assalariado e organizada pelo *welfare state*, como pensar a situação da educação hoje sob a crise capitalista do trabalho e a falência do Estado?¹⁶

Se a educação de alguma maneira foi a resposta necessária às demandas produtivas e às demandas da instituição da ordem burguesa em geral, em expansão, cujo fundamento foi, como apontamos acima, a expansão das relações assalariadas e a incorporação da massa trabalhadora à dinâmica social capitalista, como pensar o lugar da educação na fase de exacerbação das tendências regressivo-destrutivas?

Se na fase de expansão progressista do capital a consequente expansão da educação era, pelo menos do ponto de vista quantitativo, um interesse geral, do capital e do trabalho, hoje a expansão ou manutenção do direito à educação é praticamente uma necessidade exclusiva dos “de baixo”. Como apontamos acima, a existência de uma massa supérflua aparece como um grave problema, pois os custos das políticas públicas¹⁷ de atendimento dessa massa viram um volume de recursos sem retorno para a acumulação e aí residirá um dos grandes embates em torno do qual inclusive cresceu toda a onda neoliberal dos EUA de Reagan à Espanha de Felipe González, passando pela Inglaterra de Thatcher, a França de Mitterrand, etc.

O mundo do trabalho formal prescinde da massa de trabalhadores tornada supérflua, a competitividade das economias capitalistas também – a propósito disso, é interessante observar que, no estágio ascendente do sistema do capital, a força de uma empresa ou de uma economia nacional se demonstrava pela capacidade de mobilizar grandes quantidades de meios de produção e gigantescos exércitos de trabalhadores, de uns tempos para cá, a competitividade se define justamente pela capacidade de utilizar tecnologias avançadas e cada vez menos trabalho vivo – e os Estados, por sua vez, encontram-se cada vez mais postos de *rodillas* perante as grandes corporações, quando seus governos, sejam eles de direita ou de esquerda, se veem fortemente pressionados política e economicamente para aliviar os custos de produção dos “geradores” de empregos, através de isenções de impostos, ao mesmo tempo em que são pressionados a dar um destino mais produtivo ou rentável do ponto de vista capitalista ao fundo público, portanto, abolindo relativamente gastos com a massa supérflua.¹⁸

Ora, se é na ordem capitalista que se funda o Estado, consequentemente o fundo

¹⁶ Evidentemente, não estamos cogitando a possibilidade de o Estado poder vir a se tornar, em qualquer momento histórico, prescindível ao sistema metabólico do capital. Essa possibilidade nos parece absolutamente improvável. Consideramos falimentar a situação do Estado diante das gigantescas corporações econômicas, inteiramente submetido a elas e à ordem mundializada do capital. A falência diz respeito à incapacidade de o Estado capitalista poder se constituir em espaço de disputa hegemônica capaz de afirmar um projeto social antagônico às tendências regressivo-destrutivas em curso, ou que guarde com as mesmas tensões mais profundas.

¹⁷ Kurz (2004, p.2) acredita que aí “surge um problema de financiamento crônico das infraestruturas, que crescem de maneira objetivamente necessária. Em outras palavras: o grau de socialização produzido pelo próprio capitalismo não é mais representável em termos capitalistas”.

¹⁸ Kurz (2004, p.1) aponta que: “No plano da economia empresarial, torna-se supérflua uma tamanha massa de força de trabalho, cuja reabsorção não é mais possível por meio de uma ampliação dos mercados. O Estado pode cada vez menos taxar salários e precisa, além disso, financiar o desemprego. Ao mesmo tempo, no processo de globalização, as empresas transnacionais fogem do alcance fiscal do Estado, indo parar nos ‘oásis’ de países que taxam pouco ou não taxam de modo algum os investidores estrangeiros. O endividamento já há muito tempo precário do aparelho do Estado praticamente explode.”

público, toda a atenção estará voltada para a reprodução do capital e a garantia do bom funcionamento da economia. Assim, se as grandes corporações, principais agentes e personificações do capital e maiores financiadores de campanhas dos governos eleitos (hoje em dia, indistintamente de direita e de esquerda) se ressentem da necessidade de aliviar seus custos de produção, essa necessidade será certa e prontamente atendida, pois, apesar de enfraquecer a constituição do fundo público, essa tendência se impõe como o fundamento primordial da reprodução econômica. Por outro lado, o uso do fundo público é determinado também pela lógica da reprodução econômica da sociedade, pois, em tese, segundo os parâmetros econômicos dominantes, será garantindo bem essa reprodução que o fundo público poderá retomar bons patamares de constituição e investimento.

Contudo, retomando os apontamentos anteriores, a massa supérflua virou mesmo um grande problema, pois sua integração aos processos produtivos formais já não é um dado real, sua superfluidade não é mais algo residual e reversível dentro da lógica reprodutiva do capital. Tornou-se desnecessária, tanto como produtora quanto como consumidora das principais mercadorias – um verdadeiro estorvo para as grandes economias, para seus Estados correspondentes e para os agentes da governança mundial.

Essas massas continuarão eventualmente produzindo e certamente consumindo e, sobretudo, incluídas na dinâmica econômica capitalista, mas suas ocupações serão cada vez mais desqualificadas, precarizadas, seu trabalho informal, desregulamentado e seu consumo será certamente de produtos falsificados ou reciclados.

Dessa forma, o estreitamento dos limites reprodutivos da acumulação do capital torna supérflua uma massa crescente de indivíduos para os quais a educação tende a ser assistida de maneira correspondente à sua condição social e econômica: massas sociais extremamente pauperizadas, sem expectativa de serem incorporadas aos processos formais de trabalho, vivendo de ocupações desqualificadas, pessimamente remuneradas e totalmente desregulamentadas, consumindo produtos de quinta categoria. A essa massa constituída de subcidadãos, ocupados com subtrabalhos, que consome submercadorias não se nega de todo educação, mas a ela se oferece a educação compatível através da subescola.¹⁹

Se a histórica dualidade da escola capitalista foi sempre um problema, uma espécie de autonegação da promessa democrática, com a exacerbação das tendências regressivo-destrutivas, verifica-se a degeneração dessa mesma dualidade. Se na fase expansionista, progressista e integradora da produção capitalista a escola se ampliava dividida entre a dimensão da preparação direta para o trabalho manual para as massas trabalhadoras e a preparação de quadros para os postos de comando e altas esferas de controle social para as classes dominantes; oportunizando aos trabalhadores, contudo, o ingresso no mercado de trabalho formal e as experiências contraditórias no mundo do trabalho que proporcionavam ricos elementos para a formação do sujeito social potencialmente revolucionário; atualmente essa divisão

¹⁹ Kurz (2004, p.3) aponta que “hoje o sistema educacional e as instituições culturais decaem nos países ocidentais, já em completa semelhança com as regiões críticas do Sul. Geralmente os suportes da educação, da instrução e da cultura são os municípios e as Províncias; e justamente para esses níveis mais baixos da administração estatal a crise financeira no Ocidente progrediu tanto quanto para os Estados centrais do Terceiro Mundo.”

tende a consolidar um modelo de escolarização para as grandes massas tornadas supérfluas, como um rebaixado meio instrumental destinado ao enfrentamento das incertezas da sua reprodução enquanto força de trabalho (não mais relativamente) excedente e ocupada em atividades absolutamente desqualificadas.

O caso do Brasil expressa muito bem essa relação. Não podemos afirmar que no Brasil não esteja em curso um processo de expansão do sistema de ensino desde os anos 1990 – apenas aparentemente paradoxal o fato de ter sido essa justamente a década de consolidação do projeto neoliberal no Brasil – justamente com os presidentes Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sucessivamente. Nesse período, que vai de 1990 a 2002, tivemos elevação de todos os indicadores quantitativos que expressam ampliação do atendimento da educação. Todavia, o modo como se deu e tem se dado essa ampliação, que se verifica em todos os níveis da educação, é justamente de acordo com a tese exposta no parágrafo anterior. Trata-se de uma educação incapaz de operar qualquer alteração na ordem social, sequer de modificar dados relativos à ascensão social, como no passado se verificou.

A economia brasileira continua como uma das mais importantes do mundo, ao mesmo tempo, ela segue absolutamente indiferente, do ponto de vista econômico, ou seja, para os resultados dessa economia, se a grande massa extremamente pauperizada de brasileiros vai à escola, se a abandona antes de completar os primeiros nove anos de estudo, se está aprendendo a ler e escrever, se nessa escola existe água potável, biblioteca, equipamentos básicos funcionando corretamente, etc.

Para essa economia, cujo êxito, segundo o modelo em curso, independe totalmente da elevação do nível educacional da grande massa pauperizada, importa, claro, saber se os custos da educação dessa massa irá ultrapassar a disponibilidade de recursos. Sabe-se, com efeito, que essa disponibilidade se define a partir da racionalidade estritamente capitalista, isto é, os recursos econômicos são aplicados em função da possibilidade de retorno que oferecem. Uma vez que a economia prescinde da beneficência que seria alfabetizar e educar dignamente milhões de pessoas, o custo desse caridoso gesto se torna um disparate, absolutamente inaceitável.²⁰

A educação até pode e, aliás, deverá atingir a todos porque há um debate internacional que mobiliza certa preocupação da opinião pública; há apelos diversos; vigilância de organismos internacionais; existem as Conferências Mundiais que cobram dos governos atitude frente aos alarmantes índices de pobreza, miséria e atraso na periferia do sistema capitalista; mas, acima de tudo, a educação deverá ser bem planejada para se situar exatamente entre o controle dos gastos – ajuste fiscal – e a necessidade de desenvolver capacidades alternativas de geração de renda para a população supérflua, ao mesmo tempo em que se coloca como meio eficiente de controle político das populações pauperizadas e da ameaçadora situação social na periferia do sistema do capital.

É assim que, em meio a diferentes sujeitos, entidades e interesses diversos, torna-se

²⁰ Enquanto o censo escolar de 2010 (disponível em: <www.inep.gov.br>) aponta a existência oficial de 13 milhões de analfabetos, por outro lado, dados do orçamento geral da União do mesmo ano indicam a destinação de R\$ 635 bilhões ou 44,93% para pagamento apenas de amortização e juros da dívida, enquanto que para a educação destinaram-se míseros 2,895%. Dados disponíveis em: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2011-03-02.0541123379/document_view->>. Acesso em: 10 maio 2011.

determinante o papel dos agentes responsáveis por definir os parâmetros gerais do investimento educacional. Em geral, no pensamento dominante, pelo menos é o que se verifica através do principal porta-voz dos interesses do capital para a educação, o Banco Mundial, percebe-se uma grande preocupação relacionada com a educação.

Em primeiro lugar, compreendendo os limites da reprodução social do sistema, sua incapacidade de integrar as maiorias trabalhadoras, sobretudo os riscos que corre esse próprio sistema, caso não administre de modo eficiente toda a situação social na qual se encontra a grande e crescente massa da população tornada supérflua, desenvolve-se todo um conjunto articulado de orientações – uma espécie de plano de governo suprapartidário – para ser adotado na periferia.

Antes de tudo, o ajuste fiscal, ponto fundamental que pretende garantir que todos os esforços serão conjugados no sentido de assegurar os compromissos dos devedores para com seus credores, uma vez que na periferia capitalista todos os países estão profundamente sufocados por dívidas elevadas, que consomem a maior parte das riquezas produzidas nos países periféricos. Uma vez garantido esse elemento fundamental, são estabelecidas então metas e métodos para atingi-las.²¹

Com orçamentos extremamente controlados e sob enorme pressão restritiva, os investimentos públicos serão sempre muito inferiores às necessidades sociais reais. Daí torna-se necessário focalizar as políticas de atendimento, ou seja, dá-se assim o abandono da ideia de universalização, tão cara ao ideário democrático burguês progressista. Concentram-se os esforços em torno de objetivos estreitos e atendimento concentrado numa pequena parcela, recortada, do universo dos desvalidos. Assim foi que em 1996 se aprovou no Brasil a Lei 9.424/96 do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

Outra estratégia complementar, funcional ao sistema e, ao mesmo tempo, correspondente aos princípios teóricos e políticos liberais que fundamentam todo o ideário ideológico dominante, é a privatização da oferta de educação. No Brasil a ideia era focalizar a ação propriamente pública e abrir caminho para a exploração da iniciativa privada nas demais esferas. A partir da aprovação da Lei n. 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o ensino superior sofreu forte expansão das matrículas na rede privada, enquanto a rede pública, especialmente a federal, sofreu pesadas restrições orçamentárias, o que obrigou os trabalhadores das instituições públicas a recorrerem ao expediente das greves para assegurar o mínimo de garantias salariais, investimentos em pesquisa, etc.

Outra estratégia sempre muito aconselhada e utilizada para atender a um número cada vez maior de alunos com custos menores é a educação a distância. Esse recurso, que não é necessariamente um problema em si, frequentemente é pensado como alternativa à “custosa” educação presencial, isto é, como uma maneira de massificar o ensino e, ao mesmo tempo, reduzir seu custo. Ao lado dessas estratégias, outras foram se somando, como a autonomização das escolas, bandeira histórica dos educadores brasileiros contra a centralização dos governos autoritários, mas que,

²¹ O volume de recursos perdidos pelas políticas públicas deverá atingir, em 2011, a marca de R\$ 1 trilhão. Desde dezembro de 1998 até 2010, o mecanismo do superávit primário, imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), já consumiu R\$ 947 bilhões. Em 2011 a meta de superávit primário consumiu mais de R\$ 128,710 bilhões do orçamento. Cf. informações em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-cumpre-superavit-primario-cheio-em-2011-depois-de-2-anos,101175,0.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

juntamente com a descentralização da gestão, tende a desobrigar relativamente o poder público do financiamento do sistema.

A ideia de autonomia, nesse caso, se coloca como um meio de encorajar as unidades de ensino a buscar recursos por conta própria, através das mais diferentes formas. No caso das Universidades públicas, isso tem se dado através das Fundações privadas ou através de programas montados na perspectiva dos contratos de gestão, caso do PDDE na educação básica e do REUNI no ensino superior.

A despeito de toda a falação do empresariado, sua verborragia em defesa da educação, os únicos que defendem ampliação dos recursos investidos em educação são os trabalhadores.²² Essa ampliação é absolutamente necessária se se quiser pensar seriamente em mudança qualitativa quanto ao aspecto da democratização da educação.

Frequentemente se manifestam segmentos do empresariado brasileiro contra a baixa qualificação da força de trabalho do país, contudo, essas lamúrias representam reclamações pontuais preocupadas em defender interesses específicos, relacionados a setores e interesses econômicos determinados e restritos. Em geral não se convertem na defesa dos investimentos necessários para a qualificação de toda a força de trabalho, ao contrário, via de regra esses mesmos reclamantes defendem e sustentam projetos políticos conservadores baseados na defesa radical da política de ajuste fiscal.

O modo como a exacerbação das tendências regressivo-destrutivas do capital atinge a educação é, portanto, negando as bases das promessas liberal-burguesas da educação democrática. O esgotamento da capacidade civilizatória do capital coloca para os “de baixo” a tarefa de tomar agora, como projeto exclusivamente seu, a realização de qualquer reforma social democratizante. No campo da educação, portanto, a realização dos ideais democráticos, especialmente na periferia do sistema capitalista, terá que se defrontar com todas as forças dominantes tidas como antagonicas.

Mas as dificuldades para a realização de reformas, mesmo que estejam circunscritas aos limites dos ideais liberal-burgueses, não estão relacionadas apenas à ordem da vontade política. O que torna hoje os ideais democráticos da educação inteiramente incompatíveis são as condições objetivas do sociometabolismo do capital. Os estreitíssimos limites da dinâmica produtiva e reprodutiva do sistema social tornam supérflua uma grande massa da população, conseqüentemente, tornam desnecessária e consideram excessivamente custosa a educação dessa massa – daí a necessidade de adaptar os modelos de escolarização das massas rebaixando seus padrões e custos.

²² Depois de muita luta, educadores e demais setores organizados que defendem a educação pública conseguiram que a Câmara de Deputados aprovasse o texto do Plano Nacional de Educação, incluindo a proposta dos 10% do PIB para a educação, diferente da proposta do governo Federal que, em sua vigésima meta, se propõe a “ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país” (cf. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 22 mar. 2014). Contudo, o desfecho dessa luta ainda é incerto, pois o texto aprovado na Câmara dos Deputados ainda está sujeito a veto presidencial. A realidade dura é que o Brasil está entre os países que têm os maiores desafios educacionais, tem uma população em idade escolar de 45% e investe em educação por indivíduo US\$ 959, enquanto Cuba investe US\$ 3.322, México US\$ 2.019, Argentina US\$ 1.578, Chile US\$ 1.416 e Uruguai US\$ 1.348 (AMARAL, s/d).

A tese que defendemos aponta para o esgotamento da capacidade civilizadora do capital e, com isso, acusa a impossibilidade efetiva de se realizar avanços democráticos no contexto da consolidação da lógica regressivo-destrutiva. Como consequência direta, aponta que os avanços democráticos só serão possíveis quebrando essa lógica.

Nossa tese recusa a possibilidade de uma revitalização do sentido integrador do trabalho no capitalismo como suporte da democratização da educação. Seria absurdo imaginar nos marcos limítrofes atingidos pelo sistema capitalista uma revitalização do sentido integrador do trabalho.

De outra parte, os Estados são estruturas responsáveis pelo financiamento e pela normatização dos sistemas de ensino e, sob determinadas circunstâncias, como no caso do *welfare state*, por exemplo, mantiveram acesa a ideia de que as lutas sociais poderiam determinar uma atuação democrática através da ampliação do fundo público e destinação da maior parte dos recursos para políticas dirigidas ao atendimento das maiorias trabalhadoras.

Hoje as possibilidades de os Estados em geral, especialmente os da periferia do sistema, assumirem um projeto de radicalização dos ideais democráticos liberal-burgueses, ainda como estruturas do controle social do sociometabolismo do capital, são remotas, pois isso seria já a ruptura com a dinâmica econômica mundializada que submete os Estados aos interesses das grandes corporações econômicas.

Se, de um lado, pode-se constatar o esgotamento da capacidade das relações de trabalho sob a forma capitalista do trabalho assalariado de sustentar qualquer avanço minimamente progressista da educação; assim como a impossibilidade de os Estados, como estruturas de controle social de alcance regionalizado em face do crescente poderio das grandes corporações econômicas mundializadas, de normatizar e financiar com relativa autonomia sistemas de educação democráticos avançados, posto que estão econômica e politicamente cada vez mais submetidos aos interesses mundializados; ou seja, se, de um lado, encontramos essas limitações estruturais, por outro, não se pode abolir a necessidade de amparar a realização dos avanços democráticos da educação sobre – necessariamente – novas relações produtivas, dado o esgotamento da capacidade integradora do trabalho assalariado; assim como não se pode prescindir de um aparato estatal²³ que represente os interesses das maiorias trabalhadoras, como expressão política da vontade das massas. Todavia, esta é a tese que defendemos: a refundação do trabalho e do Estado, como pilares da realização dos ideais democráticos e progressistas, só será possível como ruptura com o capital.

²³ Gramsci (s/d, p.113) falava da necessidade do Estado como condição para a construção do seu ideal de escola, mas, evidentemente, esse Estado não seria a velha estrutura burguesa apenas dirigido pelos trabalhadores: “A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de modo imprevisível e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações sem divisões de grupos ou castas” (CHESNAIS, 2010).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Terceira modernidade do capital, crise de civilização e barbárie social**. S/d. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/09/26/terceira-modernidade-do-capital-crise-de-civilizacao-e-barbarie-social/>>. Acesso em: 28 set. 2011.

AMARAL, Nelson Cardoso. **O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB**. S/d. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson_amaral.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

AMIN, Samir. Pobreza mundial, pauperização e acumulação de capital. **Monthly Review**, v.55, n.5, Oct. 2003 (artigo original). Tradução de J. F. Disponível em: <http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html>. Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. **Os desafios da mundialização**. Tradução de Ivo Stomiolo. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996(a). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **Lei n. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996(b). Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CHESNAIS, François. Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización. **Herramienta** [on-line], n.5, maio 2010. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacion-mundial-crisis-de-civilizacion>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [1988]. v.2, p.281-336.

FERNANDES, Adriana; NAKAGAWA, Fernando. Governo cumpre superávit primário cheio em 2011 depois de 2 anos. **O ESTADO DE S.PAULO**, 31 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-cumpre-superavit-primario-cheio-em-2011-depois-de-2-anos,101175,0.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Educación y el empleo: ayer, hoy y mañana**. Madrid, 1991. Mimeografado.

_____. **Las incertidumbres de la formación profesional**. Madrid, s/d(a). Mimeografado.

_____. **Reflexiones sobre las relaciones entre educación y desarrollo**. Madrid, s/d(b). Mimeografado.

FONTES, Yuri Martins. A globalização da miséria se agrava também nos EUA. **Brasil de Fato**, 7 a 13 de outubro de 2010, p.12.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

GRAMSCI, Antoni. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1921. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INDEX MUNDI. **Mapa comparativo entre países**. Produto interno bruto. 2011. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?v=65&l=pt>>. Acesso em: 29 set. 2011.

INEP. **Censo Escolar 2010**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 8 fev. 2011.

KURZ, Robert. Crise do ensino no Ocidente consolida lógica do totalitarismo econômico, mas pode dar origem a uma nova forma de contracultura intelectual. **Folha de S.Paulo**. Mais! São Paulo, 11 de abril de 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, volume 2).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p.7-41.

MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE) - 2011/2020**. Projeto de lei. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 5 mar. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**: para além do capital. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Comparar investimento brasileiro em educação com o de países da OCDE para justificar 7% do PIB é falacioso, afirma especialista. 19 de abril de 2011**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/sugestoes-de-pautas/48-sugestoes-de-pautas/1029-comparar-investimento-brasileiro-em-educacao-com-o-de-paises-membros-da-ocde-e-uma-falacia-afirma-especialista>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

O GLOBO. **OIT revela que número de desempregados no mundo foi recorde em 2009: 212 milhões**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/01/26/oit-revela-que-numero-de-desempregados-no-mundo-foi-recorde-em-2009-212-milhoes-915710132.asp>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

PARAIRE, Philippe. **Os mortos-vivos da globalização**. In: PERRAULT, Gilles (Org.). O livro negro do capitalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.463-481.

PAULO NETTO, José. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

RICUPERO, Rubens. Marx, profeta da globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n.34, set.-dez. 1998.

SALEK, Silvia. Aumenta a distância entre ricos e pobres. **BBC Brasil.com**, 4 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/021026_chinadesigualdade.shtml>. Acesso em: 9 out. 2008.

SOARES, Pedro. Gastos entre os 10% mais ricos supera os dos 40% mais pobres. **Folha de S.Paulo** [on-line], 26/03/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/755685-gastos-entre-os-10-mais-ricos-supera-os-dos-40-mais-pobres.shtml>>. Acesso em: 1º set. 2010.

WWF. **Relatório Planeta Vivo**: a caminho da Rio+20. 2012. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/relatorio_planeta_vivo_sumario_rio20_final.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Data da submissão: 05/03/2014

Data da aprovação: 08/04/2014